



SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

DESPACHO Nº 0204/2024/DIRECON

Processo nº 00200.000657/2024-04

Assunto: Inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento, com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

Objeto: Treinamento externo “Desafios práticos para a aplicação segura da Lei nº 14.133/2021”, ministrado pela ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

Órgão Demandante: SADCON.

Decisão: Autorizada a contratação do objeto por inexigibilidade de licitação.

Senhor Diretor-Executivo de Contratações,

1. Trata-se de pretensão para contratação de duas inscrições no curso “DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO SEGURA DA LEI Nº 14.133/2021”, por inexigibilidade de licitação, com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021¹.
2. A aludida contratação visa atender à demanda da Secretaria de Administração de Contratações – SADCON, formalizada por meio da Solicitação de Treinamento Externo anexado ao NUP 00100.003911/2024-46.
3. No documento supracitado, constam informações e documentação relativas à notória especialização da pretensa contratada apresentadas pelo demandante, as quais foram complementados pelo Órgão Técnico no decorrer do processo². Registra-se que o Mapa de Riscos da contratação está indexado sob o NUP 00100.022547/2024-13.

¹ [Lei nº 14.133/2021](#), Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...] Inciso III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: [...] *f*) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

² Documentos complementares quanto à Notória Especialização: NUP 00100.009542/2024-03.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

4. Não há Estudo Técnico Preliminar, pois este é dispensado para contratações de capacitação externa aberta ao público, conforme § 6º do art. 3º do Anexo II do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022³.
5. A pretensa contratada, **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 86.781.069/0001-15, encaminhou proposta comercial no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) para o objeto em comento, válida até 08/03/2024⁴.
6. A Coordenação Administrativa e Financeira – COADFI elaborou o Termo de Referência nº 06/2024-COADFI/ILB⁵, contendo o conjunto de informações necessárias para a caracterização do objeto, realizou pesquisa de preços⁶, além de ter buscado informações adicionais sobre o valor proposto⁷, bem como analisou a documentação referente à notória especialização e à regularidade do preço ofertado⁸.
7. A Coordenação de Controle e Validação de Processos – COCVAP, por meio do Ofício nº 0041/2024-COCVAP/SADCON⁹, atestou que os requisitos formais do processo foram devidamente cumpridos e ratificou a pesquisa de preços realizada pelo Órgão Técnico.
8. A Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR elaborou minuta de contrato¹⁰, a qual foi aprovada pelo Órgão Técnico¹¹ e pela pretensa contratada¹².
9. A Advocacia do Senado Federal – ADVOSF analisou os aspectos legais, regulamentares e jurisprudenciais da contratação ora pretendida, manifestando-se favoravelmente com recomendações por meio do Parecer nº 106/2024-ADVOSF¹³.
10. A Coordenação de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário – COPAC informou que há disponibilidade orçamentária no exercício de 2024 para custear a despesa¹⁴.
11. Por fim, a COCDIR emitiu o Relatório Conclusivo nº 014/2024-SEECN/COCDIR/SADCON¹⁵. Quanto a tal ato de instrução, cumpre salientar que se encontra fora da alçada daquela unidade a avaliação quanto à suficiência das justificativas apresentadas pelo órgão demandante acerca da necessidade de contratação do objeto e da quantidade solicitada, bem como quanto às razões que orientam a escolha do fornecedor e sua notória especialização, e à justificativa do preço da contratação, haja vista tratar-se de conteúdo

³ ADG 14/2022, Anexo II, Art. 3º, § 6º Será dispensada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar nas contratações necessárias à participação e à inscrição de servidores em ação de capacitação externa aberta ao público.

⁴ Proposta comercial: NUP 00100.009542/2024-03-4.

⁵ Termo de Referência nº 06/2024-COADFI/ILB: NUP 00100.009569/2024-98.

⁶ Pesquisa de preços: NUP 00100.009542/2024-03-2.

⁷ Notas de empenho, propostas a outros órgãos e manifestação da ZÊNITE: NUP 00100.009542/2024-03-3

⁸ Despacho nº 29/2024-COADFI/ILB: 00100.009542/2024-03.

⁹ Ofício nº 0041/2024-COCVAP/SADCON: NUP 00100.010164/2024-01.

¹⁰ Minuta de contrato: NUP 00100.029293/2024-64-1.

¹¹ Aprovação da minuta de contrato pelo Órgão Técnico: NUP 00100.023657/2024-01, p.2, item 2.3.

¹² Aprovação da minuta de contrato pela pretensa contratada: NUP 00100.023657/2024-01, p.3.

¹³ Parecer nº 106/2024-ADVOSF: NUP 00100.022415/2024-91.

¹⁴ Informação nº 161/2024-COPAC/SAFIN: NUP 00100.026108/2024-80.

¹⁵ Relatório Conclusivo nº 014/2024-SEECN/COCDIR/SADCON: NUP 00100.029293/2024-64.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

indissociável da análise de mérito que deve nortear a autorização da contratação por inexigibilidade de licitação.

12. Anexas ao documento *retro*, certidões de estilo e consultas a sistemas governamentais indicam a regularidade fiscal e trabalhista da pretensa contratada, bem como a ausência de impedimentos legais para contratar com a Administração.

13. Fazendo uso do Despacho nº 647/2024-DGER¹⁶, a Diretoria-Geral – DGER registrou a análise dos requisitos estabelecidos pela Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal¹⁷ e autorizou em caráter excepcional a participação dos requerentes na referida ação de capacitação externa, condicionando-se à deliberação favorável desta Diretoria-Executiva de Contratações – DIRECON.

14. Dessa maneira, vieram os autos para deliberação quanto à contratação da promotora do evento.

15. Eis o que cumpre relatar.

16. Passa-se à análise da contratação direta pretendida, com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), à luz da legislação e do interesse público.

17. *Ab initio*, importa colacionar os requisitos formais previstos pela Nova Lei de Licitações (NLL) para todas as contratações diretas, os quais foram listados em seu art. 72, bem como aqueles previstos pelo Ato da Diretoria-Geral – ADG nº 14/2022, que estabelece, no âmbito do Senado Federal, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

18. Assim, são requisitos formais para a contratação direta por inexigibilidade de licitação com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 da NLL:

- a. **Formalização da demanda:** o inciso I do artigo 72 da NLL¹⁸ determina que os processos de contratação direta devem possuir Documento de Formalização de Demanda (DFD), assim como o *caput* do art. 8º do ADG nº 14/2022, que determina, ainda, que essa formalização seja feita no Sistema Integrado de Contratações – SENiC¹⁹.
- b. **Estudo Técnico Preliminar, Solicitação de contratação e inclusão no Plano de Contratações:** o Estudo Técnico Preliminar (ETP) é facultativo à luz do referido

¹⁶ Despacho nº 647/2024-DGER: NUP 00100.030803/2024-46.

¹⁷ [RASF](#), Anexo IV.

¹⁸ Lei nº 14.133/2021, Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: Inciso I – documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

¹⁹ [ADG nº 14/2022](#), Art. 8º As demandas que venham a implicar abertura de processos de contratação, exceto acionamento de Ata de Registro de Preços (ARP), deverão ser formalizadas pelo Órgão Demandante por meio da Central de Serviços ou do Sistema Integrado de Contratações do Senado Federal – SENiC.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

inciso I e fora dispensado para a presente contratação com espeque no § 6º do art. 3º do Anexo II do ADG nº 14/2022²⁰. Outrossim, de acordo com a Ata da 1ª Reunião de 2019 do Comitê de Contratações²¹, as despesas com inscrições de servidores em ações de capacitação externa não necessitarão constar do Plano de Contratações do Senado Federal, de maneira a conferir maior celeridade ao procedimento.

- c. **Análise de riscos:** o inciso I do artigo 72 da NLL, c/c com o *caput* do dispositivo, prevê que essa análise seja devidamente documentada, o que internamente foi disciplinado pelo art. 15 do ADG em comentário²².
- d. **Termo de Referência:** todos os processos de contratação direta de bens e serviços comuns necessitam de Termo de Referência, em observância ao inciso I do artigo 72 da NLL e, por força do art. 13 do normativo interno, deve ser elaborado pelo Órgão Técnico²³.
- e. **Proposta comercial:** o inciso I do § 2º do artigo 16 do ADG nº 14/2022 prevê que deve constar dos autos "proposta comercial da pretensa contratada dentro do prazo de validade".
- f. **Documentos que comprovem a situação de inexigibilidade de licitação e consequente escolha do fornecedor:** a "razão de escolha do contratado", conforme requerido pelo inciso VI do artigo 72 da Nova Lei de Licitações e pelo inciso II do § 2º do artigo 16 do ADG nº 14/2022, no presente caso é atendida mediante a juntada de documentos que comprovem a existência de notória especialização na ação de capacitação pretendida, observado o § 3º do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021²⁴.
- g. **Valor estimado da contratação e justificativa de preço:** o atendimento aos requisitos previstos incisos II (estimativa de despesa) e VII (justificativa de preço) do artigo 72 da Nova Lei de Licitações²⁵, em processos de inexigibilidade de

²⁰ ADG nº 14/2022, Anexo II, Art. 3º, § 6º Será dispensada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar nas contratações necessárias à participação e à inscrição de servidores em ação de capacitação externa aberta ao público.

²¹ Boletim Administrativo do Senado Federal número 6831, Seção 2, de 02 de maio de 2019.

²² ADG nº 14/2022, Art. 15. Ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, o Mapa de Riscos, quando couber, deverá ser atualizado no SENIC pelo Órgão Técnico, o qual deverá identificar e avaliar os demais riscos da contratação, bem como indicar as ações adequadas para seu tratamento e monitoramento.

²³ ADG nº 14/2022, Art. 13. O Termo de Referência ou Projeto Básico conterá informações detalhadas do objeto e o seu valor estimado, devendo ser elaborado pelo Órgão Técnico de acordo com as normas estabelecidas pelo Anexo III deste Ato.

²⁴ NLL, Art. 74, § 3º Para fins do disposto no inciso III do *caput* deste artigo, o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

²⁵ Lei nº 14.133/2021, Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...] **Inciso II** – estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; [...] **Inciso VII** – justificativa de preço.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

licitação, devem ser analisados conjuntamente, sendo o primeiro tratado internamente como a aferição de razoabilidade do preço ofertado pela pretensa contratada por meio de pesquisa de preços para objetos semelhantes, e o segundo, como a verificação da regularidade desse preço, ambos devendo ser realizados conforme os procedimentos listados no art. 23 da NLL, *caput* e §§ 1º e 4º²⁶, e nos §§ 5º a 9º do art. 14 do ADG nº 14/2022²⁷.

- h. **Verificação preliminar:** o cumprimento das formalidades até então descritas é verificado no momento em que o processo é encaminhado à Secretaria de

²⁶ **Lei nº 14.133/2021, Art. 23.** O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. **§ 1º** No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não: **Inciso I** – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); **Inciso II** – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; **Inciso III** – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; **Inciso IV** – pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; **Inciso V** – pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. [...] **§ 4º** Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

²⁷ **ADG nº 14/2022, Art. 14, § 5º** O valor estimado das contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação será igual ao preço total da proposta comercial encaminhada pela pretensa contratada ao Senado Federal, o qual deverá ser justificado na forma do §6º deste artigo. **§ 6º** A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, cumulativamente, para cada item a ser contratado: **Inciso I** – por meio da comprovação da razoabilidade de preços, a qual deverá ser verificada em pesquisa de preços baseada em cesta aceitável de preços, conforme procedimentos descritos no Anexo VI deste Ato, para objetos similares, desde que o Órgão Técnico ateste a similaridade de cada item pesquisado; **Inciso II** – por meio da comprovação da regularidade de preços feita a partir da anexação de, no mínimo, 3 (três) documentos idôneos em nome da própria proponente, referentes ao mesmo objeto e emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data de envio, que demonstrem que o preço ofertado ao Senado Federal é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades, públicas ou privadas. **§ 7º** Na impossibilidade de se estimar o valor do objeto na forma descrita no inciso I do § 6º deste artigo, o Órgão Técnico deverá justificar a sua inviabilidade. **§ 8º** Caso a futura contratada não tenha anteriormente comercializado o mesmo objeto e fique evidenciada a impossibilidade de observância do inciso II do § 6º deste artigo, a regularidade dos preços poderá ser realizada por meio da apresentação de documentos idôneos que comprovem a execução ou o fornecimento, por parte da própria proponente, de objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido, o que deverá ser aferido pelo Órgão Técnico. **§ 9º** Na impossibilidade de se justificar a regularidade de preços nas formas descritas no inciso II do § 6º ou no § 8º, ambos deste artigo, a pretensa contratada deverá justificar a inviabilidade de envio da documentação requerida para comprovação da regularidade de preços, cuja pertinência deverá ser analisada pelo Órgão Técnico.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

Administração de Contratações – SADCON para instrução, em respeito ao *caput* do art. 17 do ADG nº 14/2022²⁸.

- i. **Minuta de contrato:** a Advocacia do Senado Federal, por força do Parecer nº 827/2022-ADVOSF²⁹, consignou entendimento de que a contratação de serviços por inexigibilidade de licitação não se amolda às previsões legais para substituição do termo contratual por outro instrumento, sendo obrigatória a formalização do ajuste por meio de contrato.
- j. **Parecer jurídico:** previsto no inciso III do artigo 72 da NLL³⁰ e indispensável para as contratações do Senado Federal, conforme disposto no art. 22 do ADG *retro*³¹.
- k. **Previsão de recursos orçamentários:** o inciso IV do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 requer a “demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido”, formalidade também prevista no art. 23 do ADG nº 14/2022³².
- l. **Requisitos de habilitação:** a “comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária”, conforme previsão do inciso V do artigo 72 da NLL, no presente caso compreende a verificação de regularidade fiscal e trabalhista da pretensa contratada, bem como a ausência de impedimento legal para contratar com a Administração.
- m. **Manifestação conclusiva da SADCON:** ao encerrar a instrução do processo de contratação direta, a SADCON deve manifestar-se conclusivamente quanto à presença dos pressupostos legais nos autos, em atendimento ao § 2º do artigo 54 do ADG nº 14/2022³³.

²⁸ ADG nº 14/2022, Art. 17. Na verificação preliminar serão analisados os requisitos formais do processo, em especial a existência de: [...].

²⁹ Parecer nº 827/2022-ADVOSF: NUP 00100.128985/2022-22.

³⁰ Lei nº 14.133/2021, Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...] Inciso III – parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.

³¹ ADG nº 14/2022, Art. 22. Todos os processos que visem a uma contratação, independentemente do instrumento que a formalizará, serão submetidos à análise jurídica pela ADVOSF previamente à deliberação pela autoridade competente para os fins de que trata o art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021.

³² ADG nº 14/2022, Art. 23. Previamente ao encaminhamento dos autos para deliberação pela autoridade competente, a Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN deverá se manifestar a respeito da disponibilidade ou previsão orçamentária para atender à contratação.

³³ ADG nº 14/2022, Art. 54. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser, com apoio do Órgão Técnico, instruído pela SADCON, em conformidade com as disposições deste Ato, da Lei nº 14.133, de 2021, e da legislação de regência. § 1º A análise da conformidade jurídica da contratação direta, nos termos do §4º do art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021, será realizada pela ADVOSF, notadamente quanto à observância dos requisitos legais e regulamentares, bem como à incidência dos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis e adequados às circunstâncias do caso concreto. § 2º Observado o disposto no § 1º deste artigo, o setor da SADCON responsável pela instrução do processo de contratação direta





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

- n. **Autorização da autoridade competente:** a “autorização da autoridade competente” para a contratação direta, prevista no inciso VIII do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, é o ato administrativo que irá se materializar com o presente expediente, caso assim se decida.
- o. **Divulgação da autorização de contratação direta:** em cumprimento ao parágrafo único do artigo 72 da NLL³⁴, bem como ao inciso II do § 2º do artigo 59 do ADG nº 14/2022³⁵, essa divulgação deverá ser realizada na sequência da instrução processual, se autorizada a contratação direta.

19. Considerando os documentos carreados aos autos, listados anteriormente no relatório, verifica-se que a formalização da demanda no SENiC não foi atendida.

20. Quanto ao tema, importa lembrar a decisão do Comitê de Contratações no sentido de que “as despesas com inscrições de servidores em ações de capacitação externa não necessitarão constar do Plano de Contratações do Senado Federal”. Assim, resta prejudicada a utilização do SENiC para a formalização da presente demanda, tendo em vista que esse procedimento, quando realizado no sistema, visa à inclusão de uma contratação no Plano. Nada obstante, a obrigatoriedade de constar dos autos Documento de Formalização de Demanda, prevista no inciso I do artigo 72 da Nova Lei de Licitações, deve ser observada.

21. A Lei nº 14.133/2021 não definiu conceitualmente o documento, tampouco elencou requisitos deste, delegando a competência para regulamentar a matéria ao Poder Executivo, que o fez por meio do Decreto nº 10.947, de 2022, merecendo destaque:

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

[...]

IV - documento de formalização de demanda - documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação;

[...]

Art. 8º Para elaboração do plano de contratações anual, o requisitante preencherá o documento de formalização de demanda no PGC com as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade da contratação;

deverá, ao encaminhar os autos à deliberação superior, manifestar-se conclusivamente quanto à presença dos pressupostos estabelecidos nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do art. 72 e, conforme o caso, nos §§ 1º a 5º do art. 74 ou nos incisos do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, resguardada à autoridade competente a análise do mérito administrativo da contratação.

³⁴ Lei nº 14.133/2021, Art. 72, parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

³⁵ ADG nº 14/2022, Art. 59, § 2º Em relação às contratações diretas, a SADCON deverá providenciar: inciso II – a disponibilização do ato de autorização da contratação direta exarado pela autoridade competente: a) no Portal da Transparência do Senado Federal; b) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

II - descrição sucinta do objeto;

III - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado, de acordo com as orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;

V - indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade;

VI - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante;

VII - indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; e

VIII - nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável.

22. De pronto, percebe-se que o objetivo do documento é registrar nos autos a necessidade de contratação. No âmbito do Senado Federal, em processos de capacitação externa isso é feito por meio do Formulário de Solicitação de Treinamento Externo que, além de alumiá-la a necessidade do treinamento para a unidade requisitante, também expõe a descrição sucinta do objeto, quantidade a ser contratada, indicação da data, área requisitante e responsável.

23. Ressalta-se, ainda, que para esse tipo de contratação não há que se falar em estimativa preliminar do valor da contratação, grau de prioridade ou dependência com outra contratação. Primeiro porque o valor já é conhecido, depois porque o grau de prioridade é mecanismo inerente ao Plano de Contratações e, por fim, é contratação que independe de outras.

24. Dessa maneira, opina-se no sentido de que a formalização da demanda, em processos de contratação para inscrição de servidores em ações de capacitação externa aberta ao público, é realizada por meio do Formulário de Solicitação de Treinamento Externo, mesmo juízo consignado pela Advocacia do Senado Federal à p.9 do Parecer nº 106/2024-ADVOSF³⁶.

25. **Conclusio, esta Assessoria Técnica não vislumbra qualquer pendência de requisito formal a ser sanada neste momento da instrução processual.**

26. Feita a necessária digressão, passa-se à análise de mérito do caso concreto.

³⁶ Parecer nº 106/2024-ADVOSF: NUP 00100.022415/2024-91.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

27. Fazendo uso de informações prestadas pelo órgão demandante na Solicitação de Treinamento Externo, a COADFI elaborou o Termo de Referência nº 06/2024-COADFI/ILB³⁷, do qual se extrai:

1.1 Definição do objeto

Transcrever toda a definição.

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a solicitação de participação do 02 (dois) servidores (abaixo) da Secretaria de Administração de Contratações (SADCON) no treinamento externo “Desafios Práticos para a Aplicação Segura da Lei nº 14.133/2021”, que será realizado pela empresa Zênite Informação e Consultoria S/A, no período de 05 a 08 de março do ano de 2024, na modalidade online, com transmissão ao vivo, via internet, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

- 1) Ana Paula Gross Alves - matrícula 335700;
- 2) André Luiz Rodrigues Martins - matrícula 267445.

1.2.1 Descrição da situação atual

1.2.1.1. Com o advento da nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021), houve significativas mudanças nos procedimentos a serem adotados no advento das contratações. Com a adoção da nova lei, pelo Senado Federal, desde 01/10/2022, conforme prevê o Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, faz se necessária a atualização da capacitação dos servidores lotados no Serviço de Contratos (SECON), responsáveis pela instrução de todos os aditivos a contratos firmados na Casa. Ademais, a gestão de competências e a capacitação dos agentes públicos está prevista no art. 4º, V, do Anexo V do RASF, como uma das diretrizes da Política de Contratações: "capacitar, contínua e adequadamente, pregoeiros, gestores e fiscais de contratos, elaboradores de termos de referência, de projetos básicos e editais e demais servidores".

1.2.2 Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.2.1. O intuito é possibilitar a capacitação de todos os servidores do SECON. Pretende-se realizar tal capacitação de forma gradual, com a participação, neste momento, de dois servidores.

1.2.3 Justificativa para a escolha do fornecedor

1.2.3.1. Tem-se que a Zênite Informação e Consultoria S.A. é reconhecidamente instituição de destaque no segmento de orientação, capacitação e treinamento de servidores em matéria de direito público, na medida em que vem promovendo, com sucesso, há mais de 30 (trinta) anos, eventos na área de

³⁷ Termo de Referência nº 06/2024-COADFI/ILB: NUP 00100.009569/2024-98.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

licitações e contratos administrativos, possuindo todas as condições habilitatórias necessárias à contratação com o Poder Público. Para tanto, basta verificar no cadastro das empresas do grupo junto ao SICAF, TCU e Controladoria-Geral da União que não há registro de penalidade ou sanção por desatendimento de qualquer obrigação contratual relativa a treinamento e capacitação de pessoal. Sobre os palestrantes, cabe transcrever lição de Marçal Justen Filho sobre o tema: "a especialização consiste na titularidade objetiva de requisitos que distinguem o sujeito, atribuindo-lhe maior habilitação do que a normalmente existente no âmbito dos profissionais que exercem a atividade. Isso se traduz na existência de elementos objetivos ou formais, tais como a conclusão de cursos e a titulação no âmbito de pós-graduação, a participação em organismos voltados à atividade especializada, o desenvolvimento frutífero e exitoso de serviços semelhantes em outras oportunidades, a autoria de obras técnicas, o exercício de magistério superior, a premiação em concursos ou a obtenção de láureas, a organização de equipe técnica e assim por diante". Assim, o único meio possível para aferição da especialização dos palestrantes é a avaliação de seus currículos e demais documentos enviados pela empresa.

1.2.4 Resultados esperados com a contratação

1.2.4.1. Como já informado, os servidores atuam diretamente na instrução de todos os aditivos a contratos firmados pelo Senado Federal, sendo o conteúdo programático do evento almejado voltado para capacitação na Lei 14.133/2021, englobando alterações a contratos administrativos.

28. A partir das informações acima transcritas, o Órgão Demandante e o Órgão Técnico defendem a pertinência da capacitação ora pleiteada e o atendimento às necessidades da Administração.

29. Quanto à notória especialização e escolha do fornecedor, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 74, § 3º, o conceito da pretensa contratada no campo da sua especialidade foi demonstrado por meio da indexação de currículos dos três palestrantes responsáveis no treinamento em questão, além de uma extensa lista de seminários e publicações realizadas pela pretensa contratada, como registrado no NUP 00100.009542/2024-03-1.

30. Ademais, o Órgão Demandante declarou que tais documentos permitem inferir que o trabalho do fornecedor é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação da necessidade de treinamento apresentada, observando-se que os servidores que participarão do treinamento atuam diretamente na instrução de aditivos a contratos firmados pelo Senado Federal³⁸. Por sua parte, o Órgão Técnico ratificou que a escolha do fornecedor se respaldou na sua notória especialização, à p.2 do Despacho nº 29/2024-COADFI/ILB³⁹.

³⁸ Formulário de Solicitação de Treinamento Externo. NUP 00100.003911/2024-46

³⁹ Despacho nº 29/2024-COADFI/ILB: NUP 00100.009542/2024-03.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

31. É possível concluir, portanto, que se trata de uma empresa especializada em treinamentos como o ora proposto, o que se ratifica ao observar recentes contratações da aludida instituição por este Senado Federal para capacitação de seus servidores, também fundamentadas no art. 74, inciso III, alínea *f*, da Lei nº 14.133/2021.⁴⁰

32. Ainda sobre a notória especialização, a ADVOSF registrou, às páginas 7 e 8 de seu parecer⁴¹, que:

A contratação pretendida enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação. O objeto é uma ação de treinamento e, obviamente, possui natureza intelectual. Além disso, foram juntadas documentações com o intuito de comprovar a notória especialização dos professores Alessandra Corrêa Santos, José Anacleto Abduch Santos e Manuela Martins de Mello, sendo elas os respectivos currículos consubstanciados no documento de número 00100.009542/2024-03-1 (p. 3 a 17), o Folder do curso (doc. nº 00100.003911/2024-46-2) e uma Declaração emitida pela empresa que descreve o seu histórico no mercado com o intuito de demonstrar a sua notoriedade e experiência (doc. nº 00100.009542/2024-03-1, p. 18 a 37). Considerando a documentação incluída nos autos, a autoridade competente tem elementos suficientes para justificar o enquadramento na situação de inexigibilidade da alínea *f* do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

33. Nessa linha, considerando a relevância do evento para a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores do Senado Federal, considerando a justificativa apresentada no Termo de Referência, considerando a declaração e os documentos fornecidos pelo Órgão Demandante e pelo Órgão Técnico, os quais detêm o conhecimento técnico para aferição de dados curriculares de palestrantes e para reconhecimento da especialização destes ou da promotora do evento, e em consonância ao parecer da ADVOSF, é possível depreender o atendimento do requisito legal de notória especialização.

34. Quanto ao valor ofertado ao Senado Federal, a proposta comercial é de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), para contratar a inscrição de dois servidores na capacitação *online*: DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO SEGURA DA LEI Nº 14.133/2021, com carga horária de 16 horas.

35. Da leitura detalhada dos requisitos previstos nos incisos II (estimativa de despesa) e VII (justificativa de preço) do artigo 72 da Nova Lei de Licitações, bem como daqueles listados no art. 23 da NLL, *caput* e §§ 1º a 4º, e nos §§ 5º a 9º do art. 14 do ADG nº 14/2022, verifica-se que, para se estimar o valor da contratação e justificá-lo, é necessário que constem do processo:

I. Para se obter o valor estimado da contratação:

⁴⁰ Cita-se a título de exemplo: [Contrato nº 94/2023](#), [Contrato nº 137/2023](#), [Contrato nº 168/2023](#), [Contrato nº 182/2023](#) e [Contrato nº 26/2024](#).

⁴¹ Parecer nº 106/2024-ADVOSF: NUP 00100.022415/2024-91.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

a) **Proposta comercial:** de acordo com o § 5º do art. 14 do ADG nº 14/2022, “o valor estimado das contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação será igual ao preço total da proposta comercial encaminhada pela pretensa contratada ao Senado Federal, o qual deverá ser justificado”.

II. Para comprovar a razoabilidade do preço:

Preço razoável: preço compatível com os valores praticados no mercado por outros fornecedores.

- a) **Pesquisa de preços:** deve ser realizada para objetos similares junto ao mercado relevante e estar baseada em cesta aceitável de preços, conforme procedimentos descritos no Anexo VI do ADG nº 14/2022; **e**
- b) **Atesto do órgão técnico:** a similaridade dos itens da pesquisa de preços em relação àquele a ser contratado deve ser expressamente atestada pelo Órgão Técnico, dada a *expertise* temática que detém; **ou**
- c) **Justificativa da inviabilidade de comprovar a razoabilidade:** caso seja inviável a comprovação da razoabilidade de preços utilizando-se de pesquisa de preços para objetos semelhantes, o Órgão Técnico deve demonstrar essa inviabilidade por meio de justificativa expressa.

III. Para comprovar a regularidade dos preços:

Preço regular: preço regular com os valores cobrados de outros clientes pelo fornecedor a ser contratado.

- a) **Apresentação de três documentos idôneos capazes de comprovar a regularidade do preço ofertado para o mesmo objeto:** os documentos devem ser em nome da própria proponente, referentes ao mesmo objeto e emitidos no período de até um ano anterior à data de envio. Devem demonstrar que o preço ofertado ao Senado Federal é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades, públicas ou privadas; **ou**
- b) **Apresentação de documentos idôneos que comprovem a execução ou o fornecimento, por parte da própria proponente, de objetos semelhantes de mesma natureza:** os documentos devem conter as especificações técnicas que demonstrem a similaridade entre os objetos contidos nos documentos e o objeto pretendido pelo Senado Federal, e devem vir acompanhados de justificativa expressa da pretensa contratada quanto à impossibilidade de envio de três documentos referentes ao mesmo objeto. Por analogia, é preciso ter, no total, três documentos, podendo haver a combinação entre objetos idênticos e semelhantes; **e**
- c) **Aferição do Órgão Técnico quanto à similaridade dos objetos:** caso a proponente encaminhe documentos referentes a objetos semelhantes, cabe ao Órgão Técnico aferir a aludida semelhança; **ou**





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

d) **Justificativa da pretensa contratada:** caso a proponente não seja capaz de encaminhar o mínimo de três documentos idôneos referentes ao mesmo objeto ou objetos semelhantes, deverá apresentar justificativa expressa para essa impossibilidade, cuja pertinência deverá ser analisada conclusivamente pelo Órgão Técnico.

36. Da análise dos documentos, verifica-se que a pesquisa de preços foi acostada aos autos sob o NUP nº 00100.009542/2024-03-2.

37. Volve-se agora à **razoabilidade** do preço ofertado sob a ótica do ADG nº 14/2022, em seu artigo 14, § 6º, inciso I, c/c § 7º do mesmo artigo⁴².

38. Da análise dos documentos, verifica-se que a razoabilidade do preço ofertado não pôde ser comprovada por meio de Pesquisa de Preços para objetos similares, nos termos do inciso I do § 6º do artigo 14 do ADG nº 14/2022.

39. Diante de tal realidade e a fim de atender ao § 7º do referido artigo, o Órgão Técnico assim justificou a inviabilidade de se comprovar a razoabilidade do preço ofertado:

[...]

No entanto, vale ressaltar que a comprovação da razoabilidade do preço ofertado ao Senado Federal deve levar em consideração que cada evento tem sua composição de custo própria, cujo valor final será definido segundo inúmeras variáveis (local de realização do evento, carga horária, remuneração dos palestrantes, número de participantes, materiais eventualmente oferecidos, etc.).

Como comparar preços de eventos tidos como “similares” sem o conhecimento pleno dos elementos de formação do preço final? O que fazer quando a pesquisa resultar apenas em valores abaixo daquele cotado para o Senado? É possível se concluir pela inadequação do valor pela simples comparação do valor da inscrição? Não nos parece adequado. **A nosso ver, a razoabilidade do preço deve ser aferida pela comparação do valor ofertado ao Senado Federal em comparação com valor cobrado junto a outros interessados para participação no mesmo evento, conforme definido no ADG 14/2022, art. 14, § 6º, inciso II.** Acontece que o Inciso I do mesmo artigo e parágrafo, estabelece que a razoabilidade do preço deverá levar em consideração, também, os preços praticados no mercado, observada a similaridade do objeto, que deverá ser atestada pelo órgão técnico. **Sendo assim, após realizada pesquisa,**

⁴² **ADG 14/2022, art. 14, § 6º** - A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, cumulativamente, para cada item a ser contratado: I - por meio da comprovação da **razoabilidade de preços**, a qual deverá ser verificada em pesquisa de preços baseada em cesta aceitável de preços, conforme procedimentos descritos no Anexo VI deste Ato, para objetos similares, desde que o Órgão Técnico ateste a similaridade de cada item pesquisado; [...] **§ 7º** Na impossibilidade de se estimar o valor do objeto na forma descrita no inciso I do § 6º deste artigo, o Órgão Técnico deverá justificar a sua inviabilidade.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

identificamos as contratações relacionadas acima, sendo que, no entanto, as características do objeto possam diferir daquela aqui pretendida pelas razões já anteriormente expostas, não podendo, porém, representar, por si só, impeditivo à contratação, nos parecendo mais razoável considerar tais aspectos dentro do contexto ora apresentado.

[...]

4.4. Documentação apresentada pela empresa: a COADFI buscou obter junto à pretensa contratada a referida documentação, que em resposta encaminhou 03 (três) notas de empenho emitidas no ano de 2023 de curso similar (mesma temática e mesma carga horária), uma declaração de justificativa de valores praticados pela Zênite no mercado, três propostas formalizadas junto a outros órgãos e, justificando no e-mail anexo: "...estou lhe enviando NE, referente a capacitação já ministrada com a carga horária de 16 horas. **Informo que a partir de janeiro de 2024 os cursos sofreram uma alteração de preço, com acréscimo de 10% (conforme citado no ofício). Neste ano ainda não realizamos nenhum curso com carga horária de 16h, e assim como o SENADO as contratações para esse evento ainda estão em tramite**", e também: "...estou lhe enviando ofício de reajuste de preço, para demonstrar referida política e a razoabilidade do preço para a participação no Curso online "Desafios práticos para a aplicação segura da lei 14.133/2021 ", a ser realizado nos dias 05/03/24 a 08/03/2024, estamos encaminhando cópia de propostas formalizadas junto a outros órgãos e instituições para a participação no mesmo evento aqui mencionado."

MARCOU-SE⁴³.

40. Quanto ao tema, ressalta-se que esta Assessoria Técnica já se manifestou em outras oportunidades no sentido de que a razoabilidade do preço de uma ação de capacitação externa aberta ao público é inerente à sua própria realização, uma vez que o próprio mercado é capaz de parametrizar a razoabilidade do preço, embargando, por falta de quórum, as ações cujos preços julgue elevados.

41. Ato contínuo, olha-se agora à **regularidade** do preço ofertado sob a ótica do ADG nº 14/2022, em seu artigo 14, § 6º, inciso II, c/c § 8º e § 9º do mesmo artigo⁴⁴.

⁴³ Manifestação do Órgão Técnico. NUP nº 00100.009542/2024-03, pp. 3 a 7.

⁴⁴ **ADG nº 14/2022, Art. 14, [...] § 6º** A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, cumulativamente, para cada item a ser contratado: [...] **Inciso II** – por meio da comprovação da **regularidade** de preços feita a partir da anexação de, no mínimo, 3 (três) documentos idôneos em nome da própria proponente, referentes ao mesmo objeto e emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data de envio, que demonstrem que o preço ofertado ao Senado Federal é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades, públicas ou privadas.[...] **§ 8º** Caso a futura contratada não tenha anteriormente comercializado o mesmo objeto e fique evidenciada a impossibilidade de observância do inciso II do § 6º deste artigo, a regularidade dos preços poderá ser realizada por meio da apresentação de documentos idôneos que comprovem a execução ou o fornecimento, por parte da própria proponente, de objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

42. Em resumo, não constam dos autos 3 (três) documentos idôneos que comprovem a execução ou fornecimento de objeto idêntico ou similar pela pretensa contratada, tampouco atesto de similaridade do objeto, conforme estabelecido no inciso II do § 6º do artigo 14 do ADG nº 14/2022 ou pelo § 8º do mesmo artigo.

43. Diante de tal realidade, e a fim de atender ao § 9º do referido artigo, o Órgão Técnico juntou aos autos a justificativa da proponente, explicando a inviabilidade de enviar os três documentos capazes de comprovar a regularidade do preço ofertado, bem como a análise empreendida quanto à sua pertinência.

44. Em síntese, alegou a pretensa contratada⁴⁵:

[...]

Inicialmente, vale destacar que nossos preços são condizentes com a realidade de mercado. A Zênite adota uma política de preços e descontos com uniformidade, de acordo com o formato contratual, eventuais negociações e campanhas com descontos.

Esses valores são revisados em virtude de majorações em itens/encargos que refletem diretamente no valor final da composição dos preços dos eventos, como aumento dos valores de terceiros e fornecedores (a exemplo de recursos tecnológicos, plataformas e sistemas para operacionalização do curso, honorários dos palestrantes e prestação de serviços de terceiros), bem como despesas administrativa e de estrutura (como custo de mão de obra decorrente da nova convenção coletiva de trabalho), entre outros custos e insumos.

Dentro desta realidade de recomposição de custos, temos que considerar que os cursos no formato online exigem investimentos em tecnologia e equipamentos, além de recursos humanos. A qualidade nas transmissões das aulas depende da atualização do aparato tecnológico.

[...]

A partir desse cenário, o preço dos cursos on line Zênite, a partir de 01 de fevereiro de 2023, terão/tiveram um acréscimo na ordem de 10% em relação aos preços praticados em 2023.

Em vista disso, os valores da inscrição dos cursos on line com realização a partir de 01 de fevereiro de 2024, conforme a carga horária serão os seguintes:

08 (oito) horas - R\$ 2.030,00

12 (doze) horas - R\$ 2.320,00

16 (dezesseis) horas - R\$ 2.700,00

especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido, o que deverá ser aferido pelo Órgão Técnico. § 9º Na impossibilidade de se justificar a regularidade de preços nas formas descritas no inciso II do § 6º ou no § 8º, ambos deste artigo, a pretensa contratada deverá justificar a inviabilidade de envio da documentação requerida para comprovação da regularidade de preços, cuja pertinência deverá ser analisada pelo Órgão Técnico.

⁴⁵ Manifestação da empresa. NUP nº 00100.009542/2024-03-3, a partir da p. 6





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

20 (vinte) horas - R\$ R\$ 3.270,00

24 (vinte e quatro) horas - R\$ 3.930,00.

Ademais, tendo em vista que os valores dos cursos, como regra, não são fixados em função do seu conteúdo, mas em função da carga horária, não é relevante a temática central para embasar a justificativa dos preços.

Importante observar que, eventualmente, poderão ocorrer cursos/eventos/encontros que envolvam uma estrutura diferenciada de tecnologia e transmissão, número de professores envolvidos e/ou em função de campanhas específicas tenham preços diferenciados, mas que serão aplicados a todos os clientes.

Para demonstrar referida política e a razoabilidade do preço para a participação no Curso on line "DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO SEGURA DA LEI Nº 14.133/2021", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 05/03/2024 a 08/03/2024, carga horária de 16 horas, estamos encaminhando cópia de propostas formalizadas junto a outros órgãos e instituições para a participação no mesmo evento aqui mencionado.

Cumpramos esclarecer que, haja vista estarmos no início das comercializações de inscrições com os valores reajustados como acontece com o Curso on line "DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO SEGURA DA LEI Nº 14.133/2021", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 05/03/2024 a 08/03/2024, carga horária de 16 horas, não temos ainda nenhuma nota de empenho, contrato ou outro instrumento equivalente devidamente celebrado, que contemple a contratação de eventos com valores de tabela de fevereiro de 2024. Assim, por ora, enviaremos as propostas relativas a esse evento que demonstram o mesmo valor. Caso se faça necessário, futuramente, podemos encaminhar as notas de empenho ou documento equivalente deste evento específico, assim que as obtivermos, desde que solicitado.

Em vista do esclarecimento supra considera-se que a razoabilidade do preço cobrado pela Zênite resta demonstrada, tal como determina o art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e o art. 72, VII da Lei nº 14.133/2021, assim como o art. 7º, §1º da IN nº 65/2021.

[...]

45. Por sua vez, o Órgão Técnico assim se manifestou⁴⁶:

5. Por todo o exposto, considerando a necessidade de dar continuidade à instrução, à luz das notas encaminhadas, justificativas apresentadas e que o valor do referido curso divulgado no sítio da empresa (<https://zenite.com.br/zeniteonline/desafiospraticos-aplicacaosegura/>) é o mesmo valor cobrado ao Senado Federal, manifestarmos-nos favoravelmente ao valor cobrado.

⁴⁶ Manifestação do Órgão Técnico. NUP nº 00100.009542/2024-03





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

46. Insta mencionar que a documentação anexa ao NUP 00100.009542/2024-03-3 indica propostas do curso ora sob análise para o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal de Limeira – SP e o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, todos apresentando o mesmo valor unitário nesta feita proposto ao Senado Federal.

47. Além disso, recentemente foi firmado o Contrato nº 13/2024 com a empresa em epígrafe, como registra o Processo nº 00200.021191/2023-91, por meio do qual se verifica o valor unitário, sem desconto, de R\$ 3.930,00 para um curso com carga horária de 24 horas⁴⁷, o que corrobora com a veracidade da tabela de preços reajustada para o ano de 2024 indicada pela pretensa contratada.

48. A ADVOSF também se manifestou quanto à justificativa do preço, tendo registrado à p.13 de seu parecer⁴⁸, resumidamente, que considerando toda a documentação juntada e as manifestações da empresa e do ILB, há elementos que indicam a regularidade do preço, cabendo à autoridade avaliá-los e decidir.

49. Importa reforçar, ainda, que o valor ofertado é idêntico àquele cobrado de qualquer interessado, conforme documentos acostados aos autos e informações disponíveis na internet⁴⁹.

50. Assim, entende-se que o valor ofertado é razoável, é regular e está devidamente justificado.

51. Por fim, a minuta de contrato foi analisada pela ADVOSF, tendo se manifestado sugerindo alterações, as quais foram atendidas ao longo do processo:

No que diz respeito à Cláusula Terceira, parágrafo segundo, verifica-se que a pretensa contratada possui interesse no tratamento de dados pessoais. Entretanto, para que esse cenário se concretize, é necessário informar quais dados serão utilizados e para quais propósitos se objetiva o tratamento.

[...]

Observa-se que a redação sugerida pela contratada não contempla os supracitados requisitos legais. Não consta do texto o detalhamento de quais dados pessoais seriam utilizados. Cabe à empresa assegurar e comprovar que o uso dos dados seja feito com finalidade, necessidade e transparência. Portanto, recomendamos que a redação da Cláusula Terceira, parágrafo segundo, permaneça inalterada.

Em relação à sugestão de inclusão do Parágrafo Décimo Sexto, não vislumbramos impedimentos para sua aplicação, visto que o treinamento externo se dará na modalidade online, via internet. Recomenda-se, contudo, sua inserção na minuta de contrato como parágrafo oitavo da Cláusula Segunda da avença.

⁴⁷ Vide NUP 00100.014356/2024-88-1, indexado ao Processo nº 00200.021191/2023-91.

⁴⁸ Parecer nº 106/2024-ADVOSF: NUP 00100.022415/2024-91.

⁴⁹ Disponível em <https://zenite.com.br/zenite_online/desafiospraticos-aplicacaosegura/>. Acesso em 29/02/2024.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

52. A ADVOSF também se manifestou quanto a falta de Mapa de Riscos, o que foi atendido, conforme NUP 00100.022547/2024-13.

53. **Ante todo o exposto**, diante das manifestações técnicas e jurídicas, expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, **esta Assessoria Técnica**, no exercício da competência prevista no inciso I do parágrafo único do art. 15 do Regulamento Orgânico-Administrativo do Senado Federal – ROA⁵⁰, **não vislumbra óbice à presente contratação**, razão pela qual se encaminha o presente processo para decisão, nos termos do artigo 9º, incisos III, IV e IX e XI, do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal – RASF⁵¹, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora – ATC nº 14/2022, c/c inciso XI do art. 1º do Ato da Diretoria-Geral – ADG nº 33/2017⁵².

54. Em caso de aprovação das justificativas apresentadas no Termo de Referência acerca da necessidade da contratação e da quantidade solicitada, e desde que entenda justificados a razão da escolha do fornecedor e o valor ofertado, é necessário que sejam aprovados o Termo de Referência constante do NUP 00100.009569/2024-98 e a Minuta de Contrato de NUP 00100.029293/2024-64-1; que sejam autorizadas a contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 e a despesa dela decorrente; que seja determinada a emissão da competente Nota de Empenho; e que sejam designados os gestores e fiscais indicados no Termo de Referência.

Brasília, 1º de março de 2024.

Respeitosamente,

Revisão:

(assinado digitalmente)
JONAS MIRANDA DE SOUSA
 Mat. nº 333429

(assinado digitalmente)
DIMITRIOS HADJINICOLAOU
 Assessor Técnico
 OAB/DF nº 44.007

⁵⁰ **ROA, Art. 15, parágrafo único, inciso I** – à Assessoria Técnica compete prestar assessoramento técnico à Diretoria-Executiva de Contratações mediante análises e estudos técnicos; elaborar pareceres, e sugerir soluções à luz da legislação pertinente e das normas internas, mediante elaboração dos respectivos despachos, instruções e decisões; providenciar sobre o expediente, audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; receber, controlar e distribuir o material, o expediente e os processos; executar trabalhos técnicos; organizar e consolidar dados estatísticos; preparar minutas de correspondências oficiais a serem expedidas; e executar outras atribuições correlatas;

⁵¹ **RASF, Anexo V, Art. 9º** No âmbito das contratações do Senado Federal, compete ao titular da Diretoria-Geral: [...] **Inciso III** – autorizar as despesas do Senado Federal; **Inciso IV** – aprovar os Estudos Técnicos Preliminares, os Projetos Básicos, os Termos de Referência, as minutas de edital, os contratos, as atas de registro de preços, os termos aditivos e as demais avenças das contratações do Senado Federal; [...] **Inciso IX** – designar para todo contrato, convênio, ajuste ou protocolo, um gestor e um substituto, ou comissão de gestão, indicados pelo titular da área interessada; [...] **Inciso XI** – autorizar a realização de contratação direta nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação cujo valor seja inferior a: **a)** R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; e **b)** R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para bens e serviços em geral;

⁵² **ADG nº 33/2017, Art. 1º** Ficam delegadas as seguintes competências administrativas ao titular da DIRETORIA-EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES e ao titular da DIRETORIA-EXECUTIVA DE GESTÃO, as quais poderão ser praticadas concorrentemente com o titular da Diretoria-Geral: [...] **Inciso XI** – realizar os atos previstos no art. 9º, do Anexo V ao Regulamento Administrativo do Senado Federal, exceto os disciplinados nos seus incisos XII e XIII.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

De acordo. Adoto a análise como razão de decidir.

Considerando que os requisitos formais exigidos pelo artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 foram atendidos ou serão atendidos oportunamente, conforme informado pela Assessoria Técnica;

Considerando as justificativas acerca da necessidade da contratação e da quantidade solicitada, apresentadas pelo Órgão Técnico no Termo de Referência, unidade administrativa que detém a expertise temática para o objeto conforme preconizado pelo art. 5º do ADG nº 14/2022 e definições constantes do Anexo I;

Considerando a justificativa do valor ofertado ao Senado Federal, verificada na forma dos §§ 5º a 9º do art. 14 do ADG nº 14/2022;

Considerando a análise jurídica realizada pela ADVOSF, consoante ao disposto no art. 22 do ADG nº 14/2022;

Considerando a análise de disponibilidade orçamentária realizada pela SAFIN, em respeito ao art. 23 do ADG nº 14/2022;

Considerando a instrução realizada pela SADCON, em observância ao § 2º do art. 54 do ADG nº 14/2022; e

Considerando a incidência da hipótese delineada na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021;

Acolho a análise da Assessoria Técnica da Diretoria-Executiva de Contratações e demais informações constantes dos autos e, no exercício das competências estabelecidas pelo RASF, consolidado pelo ATC nº 14/2022, c/c art. 1º, inciso XI, do ADG nº 33/2017, delibero nos seguintes termos:

a. **APROVO**, consoante ao disposto no inciso IV do artigo 9º do Anexo V do RASF, o Termo de Referência constante do NUP 00100.009569/2024-98 e a Minuta de Contrato de NUP 00100.029293/2024-64-1;

b. **AUTORIZO**, conforme o inciso IX do artigo 9º do Anexo V do RASF, e com fulcro na alínea *f* do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta por inexigibilidade de licitação ora pretendida;

c. **AUTORIZO**, de acordo com o inciso III do art. 9º do Anexo V do RASF, a realização da despesa no valor total de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais);

d. **DETERMINO**, em observância ao inciso I do art. 13 do Anexo V do RASF, a emissão da Nota de Empenho em favor da empresa ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais); e

e. **DESIGNO**, segundo o inciso IX do artigo 9º do Anexo V do RASF, conforme indicado pelo Órgão Técnico no Termo de Referência, Aníbal Moreira Júnior





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

(matrícula nº 106255) e Marcelo Brandão de Araújo (matrícula nº 38330), como gestores titular e substituto, respectivamente, bem como André Luiz Rodrigues Martins (matrícula nº 267445) e Ana Paula Gross Alves (matrícula nº 335700), como fiscais técnicos titular e substituta, respectivamente, para acompanhamento do ajuste que se originar deste processo.

f. **DETERMINO** que seja autorizada a pré-avença nº 4740 no Sistema de Gestão de Contratos - Gescon.

Encaminhem-se os autos à COCDIR, para atendimento ao parágrafo único do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021. Após, à COEXECO, para emissão da competente Nota de Empenho.

Concomitantemente, encaminhe-se uma via do presente documento, com o Despacho nº 647/2024-DGER anexo, à Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral – AADGER, para publicação da autorização de afastamento dos servidores e da Portaria de Designação de Gestores.

(assinado digitalmente)

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Diretor-Executivo de Contratações





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

PORTARIA DA DIRETORIA-EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES

Nº 56, de 2024

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, c/c o art. 1º, inciso XI, do Ato da Diretoria-Geral nº 33/2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.000657/2024-04,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Aníbal Moreira Júnior (matrícula nº 106255) e Marcelo Brandão de Araújo (matrícula nº 38330), como gestores titular e substituto, respectivamente, bem como André Luiz Rodrigues Martins (matrícula nº 267445) e Ana Paula Gross Alves (matrícula nº 335700), como fiscais técnicos titular e substituta, respectivamente, para acompanhamento do ajuste que se originar do referido processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de março de 2024

(assinado digitalmente)

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Diretor-Executivo de Contratações

